



O indigenista André Villas Bôas, que defende a demarcação rápida das áreas de três reservas indígenas na região Norte de MT

Começou ontem o processo de licitação de três novas reservas indígenas no Estado de Mato Grosso. A criação das reservas visa, inclusive, impedir invasão de terras da União, conforme acontece atualmente. Possesores serão retirados

## Licitação para demarcar reservas

Nelson Francisco  
Da Redação

Finalmente, depois de muita pressão das comunidades indígenas e entidades não-governamentais, foi dado início ontem ao processo de abertura de licitação para a demarcação das áreas indígenas Uru-bu Branco, no município de Confresa, Panará, em Guarantã do Norte, e Escondido, em Cotriguaçu, pertencentes aos índios das etnias Tapirapé, Panará e Rikbaktsa, respectivamente. As demarcações estão sendo agilizadas em função das denúncias de grilagem numa grande extensão de terras da União no norte do Estado.

A demarcação das áreas está sendo feita com recursos da ordem de R\$ 500 mil do Programa de Desenvolvimento Agroambiental (Prodeagro). Catorze empresas se mostraram interessadas em fazer a demarcação das três reservas. O

resultado das empresas vencedoras da licitação que preencheram todos os requisitos em relação à documentação fiscal deve ser anunciado hoje pela Fundação Nacional do Índio. O órgão será responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de demarcação.

A Funai vai indenizar todas as benfeitorias, como pastagem, construção de casas e poços artesianos, cerca etc, feitas pelos ocupantes nas terras dos índios. As firmas vencedoras da licitação vão fazer rastreamento da área, abertura de picadas, colocação de marcos, placas de identificação, existência de córregos e rios e, finalmente, a elaboração do mapa das terras dos índios das três etnias.

“Em nenhuma das três áreas haverá dificuldades para a sua demarcação”, disse o chefe da Divisão Fundiária da Funai, Luís Antônio Araújo, referindo-se à presença

de madeireiros nas terras dos índios. Muitos já estão procurando a Funai para negociar as benfeitorias realizadas nas áreas.

Em uma das áreas, a dos índios panará, palco de dois conflitos somente este ano envolvendo madeireiros e os índios, os invasores devem resistir. “Há uma pressão muito grande por parte dos madeireiros. O que existe na área é a pressão de grupos econômicos em se apropriar dela”, disse o indigenista André Villas Bôas, do Instituto Sócio Ambiental, autor da ação proposta contra o governo, cuja decisão inédita condenou a União a indenizar os índios panará por 175 mortes e danos morais e materiais.

Segundo André, na reserva dos índios existem hoje três pequenas fazendas cujos proprietários já desmataram cerca de 5 mil hectares de mata fechada para criar gado. Em uma delas, existem cerca de 400 cabeças de gado. “Há um ressen-

timento por parte dos madeireiros. Os índios vivem no pé deles”.

Na região, informa André, existem hoje aproximadamente 200 índios da tribo panará. Eles estão na área desde 1991. Dois anos depois começaram a construir a aldeia denominada Nacêputide. Em 94, foram morar na área, às margens do rio Iriri, afluente do Xingu, entre Altamira (PA) e Guarantã do Norte. 40% dos 488 mil hectares que serão demarcados, estão em território mato-grossense.

## Políticos reclamam de novas terras indígenas

Ronaldo Couto  
De Barra do Garças

A demarcação de duas novas áreas indígenas dos xavantes em Novo São Joaquim e Campinápolis está incomodando os políticos daquela região. Semana passada, vereadores, ex-políticos e o prefeito de Campinápolis, Sebastião Antônio da Costa (PSDB), se reuniram com o deputado federal, Wellington Fagundes (PL), e pediram para que ele intercedesse em Brasília pela cidade de Campinápolis e marcasse uma audiência com o ministro da Justiça, Íris Rezende. O prefeito alegou que a cidade está fadada a desaparecer porque as terras indígenas são maiores do que o município. Ele disse que, além da reserva Chão Preto, de 8.600 hectares, boa parte da reserva Paraíso, de 51.900 hectares, de Novo São Joaquim, atinge também Campinápolis.

Os políticos expuseram as dificuldades que estão tendo de relacionamento com os índios e relembraram quando os xavantes invadiram a cidade e mataram lavradores. O prefeito pediu mais segurança para a comunidade branca na região e solicitou uma audiência com o ministro da Justiça. Segundo o prefeito, a comunidade não é contra os índios e quer apenas uma convivência pacífica na região. Ele alegou que a nova demarcação deve dificultar mais ainda investimentos no município. “Temos uma região muito produtiva e precisamos manter uma convivência de paz com os índios para não assustar novos agricultores que venham para a região”, comentou o prefeito.

O prefeito de Novo São Joaquim, Orlando Brito, que se encontra em Cuiabá revendo o projeto de criação do município de Santo Antônio do Leste, ressaltou que não adianta lutar: “os índios têm uma certa prioridade por parte do governo federal”. Ele disse que também acha absurdo o tamanho da área que será dada aos xavantes,

mas disse que prefere não entrar nesta briga. Ele salientou que a reserva Paraíso abrange a região do distrito de Santo Antônio do Leste e Campinápolis.

O deputado federal Wellington Fagundes, que esteve na reunião com os líderes de Campinápolis, prometeu marcar uma audiência com o ministro para esta semana. O deputado lamentou que a situação tenha chegado a essa circunstância e quer levar ao conhecimento do presidente da Funai, Sullivan Silvestre, as reivindicações feitas pelos “brancos”.

**Demarcação** - As áreas indígenas em questão totalizam quase 61 mil hectares, portanto maiores que a área territorial do município de Campinápolis, que já tem a divisa com a reserva Parabubu. O estudo antropológico e fundiário realizado pela Funai foi publicado no dia 31 de setembro no Diário Oficial do Estado e tem um prazo de 90 dias para possíveis contestações de posseiros ou fazendeiros. Durante o levantamento que foi feito em conjunto pela Funai, Intermat e Incra, foi verificada a presença de 18 propriedades de “brancos” nestas duas áreas indígenas. Na maioria, humildes plantadores de banana que podem ter suas escrituras anuladas a partir do decreto federal criando as reservas. Algumas dessas escrituras foram emitidas pelo Intermat e outras pelo Incra.

O relatório demarcando a reserva Paraíso, de 51.900 hectares, e a Chão Preto, de 8.600 hectares, foi elaborado pelo antropólogo Jorge Luís de Paula e o indigenista Francisco dos Santos Magalhães, que é funcionário da regional da Funai em Nova Xavantina. Segundo o técnico da Funai, aproximadamente 120 famílias de xavantes moram nas reservas que serão criadas. O prazo para possíveis contestações ao levantamento feito pela Funai se encerra no dia 31 de dezembro.